

JUSTIÇA FISCAL E DIREITOS HUMANOS

Os impostos são o vínculo económico central entre os governos e os seus cidadãos podendo gerar responsabilidade, porém os maus sistemas fiscais ou a sua má utilização podem levar a situações graves de abuso dos direitos humanos.

Desigualdades económicas massivas fomentadas por sistemas fiscais enviesados e jurisdições secretas criam enormes desigualdades na distribuição da riqueza e consequentemente na distribuição do poder político. A evasão fiscal em grande escala feita pelos membros mais ricos das sociedades tanto em países pobres como em países ricos equivale a um roubo dos bens públicos, privando as populações dos serviços públicos de que necessitam.

Os abusos fiscais privam os governos dos recursos necessários para desenvolver programas que permitam promover direitos económicos, sociais e culturais, e assim criar e fortalecer instituições que assegurem direitos civis e políticos.

Acções de estado que encorajem ou permitam o abuso fiscal ou que deliberadamente frustrem os esforços de outros estados no combate ao abuso fiscal, podem constituir uma violação das suas obrigações internacionais na defesa dos direitos humanos, especialmente no que respeita a direitos económicos, sociais e culturais (International Bar Association Human Rights Institute - IBAHRI, Outubro de 2013).

Segundo a IBAHRI, sistemas fiscais abusivos estão fortemente implicados na pobreza e esta por sua vez está na base da violação de todos os princípios chave dos direitos humanos.

Os abusos fiscais violam o princípio de que os governos devem maximizar recursos que permitam cumprir com os seus compromissos no que respeita aos direitos humanos tais como assegurar o acesso a alimentação adequada, habitação e água potável.

Segundo as conclusões duma investigação realizada por instituições jesuítas alemãs e africanas (na Zâmbia e no Quénia), que tenta estudar a ligação entre os fluxos

financeiros ilícitos e criminosos e a pobreza global, encontraram-se uma série de dificuldades semelhantes nos três países quanto à implementação de equidade vertical e horizontal e mais importante ainda, a possibilidade de taxar de acordo com a capacidade de pagar.

Houve dificuldades em detectar o rendimento e definir os proprietários das sociedades assim como os detentores de riqueza privados.

Se por um lado existe transparência quanto às receitas de trabalho dependente, não há nada de comparável quanto ao rendimento de pessoas ricas decorrente das mais diversas fontes tais como trabalho, capital, renda, dividendos de propriedades de empresas. Como consequência há uma carga fiscal relativamente elevada que recai em pequenas e médias empresas assim como em pequenos e médios detentores de rendimento e até mesmo sobre os pobres que não podem escapar ao pagamento do imposto sobre consumo (IVA).

Identificar quem são os detentores de rendimentos elevados implica gastar muito tempo e dinheiro, nomeadamente através de auditorias fiscais. Tanto nos países africanos estudados como na Alemanha não foi possível encontrar recursos para melhorar esta situação.

Os funcionários tributários debatem-se com imensas dificuldades decorrentes das opções disponíveis a nível internacional para que os detentores de grandes fortunas consigam esconder o beneficiário efectivo através do sistema *offshore*. Ao mesmo tempo, a investigação dos fluxos financeiros que atravessam as fronteiras dos países é muito difícil e especializada para poder ser feita pelos próprios.

Esta investigação encontrou amplas provas da influência dos detentores de riqueza no bloqueio de políticas fiscais adequadas assim como de legislação e de administrações fiscais capazes de assegurar a repartição equitativa do bem comum. Apenas um aumento drástico da transparência associado a um intercâmbio internacional de dados assim como a cooperação entre administrações fiscais poderia ajudar a resolver estas dificuldades.

De acordo com os resultados deste estudo, torna-se óbvio que o Quênia e a Zâmbia poderiam prescindir de ajuda ao desenvolvimento se pudessem taxar de forma

justa o que é produzido nos seus próprios países. Para tal teriam também de reforçar as suas administrações fiscais, sendo que as opções legais disponíveis para as mesmas teriam de ser melhoradas. Precisariam ainda da assistência de países desenvolvidos para receber informação quanto a activos não taxados escondidos pelos seus detentores.

Um caso entre muitos do nosso planeta!